

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS- *CAMPUS* DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

AMANDA KAMI MURA INÁCIO

**AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE MORALIDADE E PERDÃO EM CRIANÇAS DO
PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**BAURU
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS- *CAMPUS DE BAURU*
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

AMANDA KAMI MURA INÁCIO

**AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE MORALIDADE E PERDÃO EM CRIANÇAS DO
PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rita Melissa Lepre.

**BAURU
2013**

Inácio, Amanda Kami Mura.

As possíveis relações entre moralidade e perdão em crianças do primeiro ano do ensino fundamental / Amanda Kami Mura Inácio, 2013
53 f.

Orientador: Rita Melissa Lepre

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2013

1. Autonomia. 2. Perdão. 3. Moral. 4. Anos Iniciais. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. As possíveis relações entre moralidade e perdão em crianças do primeiro ano do ensino fundamental.

AMANDA KAMI MURA INÁCIO

**AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE MORALIDADE E PERDÃO EM CRIANÇAS DO
PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP/Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação em Pedagogia, sob orientação da Profa. Dra. Rita Melissa Lepre.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Rita Melissa Lepre – Orientadora
Faculdade de Ciências – UNESP- Bauru.

Prof. Dr. Antonio Francisco Marques
Faculdade de Ciências – UNESP- Bauru.

Profa. Dra. Ana Carolina Biscalquini Talamoni
Faculdade de Ciências- UNESP – Bauru.

**BAURU
2013**

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais, que sempre me apoiaram, e acreditaram neste sonho tanto quanto eu. E também aos meus avôs Tetsumo e João, *in memoriam*.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por ter me colocado em um caminho tão maravilhoso e tortuoso ao mesmo tempo.

Aos meus professores proporcionando-me um conhecimento imenso a cada dia, em especial a minha orientadora Profa. Rita Melissa Lepre, que com muita paciência, dedicação e generosidade partilhou seu conhecimento.

Aos meus amigos de faculdade Andrielle, Kelly, Mariana Nascimento, Rodrigo Chechi e Mariana Alexandre que se tornaram uma família ao longo dessa jornada, me auxiliando com trabalhos, seminários, provas e projetos. Em especial minhas amigas Aline Dimas, Priscila e Rebeca que sempre estiveram comigo desde o primeiro ano da faculdade e sempre me ajudaram.

Aos meus pais que sempre me proporcionaram uma felicidade inestimável.

Aos meus irmãos Natália e Henrique pelas descontraídas na frente da televisão.

Ao meu namorado e amigo Carlos que sempre me apoia quando estou estressada com tantos trabalhos para fazer e que me ama.

E finalmente a minha avó Hatuio que sempre me incentivou desde pequena a estudar bastante e pela qual tenho um imenso carinho.

Pode ser que um dia deixemos de nos falar, mas, enquanto houver amizade, faremos as pazes de novo (Albert Einstein).

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar como as crianças conseguem aprender o significado do perdão de forma a construir sua autonomia e moral. A pesquisa é fundamental para subsidiar os professores a trabalharem a moral dentro da sala de aula com seus alunos, para que os conflitos sejam amenizados ou até mesmo abolidos. Através do método clínico piagetiano foi observado e entrevistado alunos do primeiro ano do ensino fundamental I, procurando identificar aqueles que conseguem assumir uma perspectiva além da sua própria. Isso tudo afim de averiguar a possibilidade desses se tornarem autônomos, podendo medir as consequências dos seus atos. Para desenvolver a autonomia moral e intelectual dos alunos, Piaget (1994) mostra a importância das crianças agirem corretamente por escolha própria, e não por pressão de castigos ou recompensas, e que elas tenham respostas corretas, não porque alguém lhe mostrou, mas porque as encontrou. Com a pesquisa foi possível identificar que os alunos estão aptos a perdoar, mas muitas vezes necessitando que o colega seja também punido de alguma forma. Para que de fato as crianças ajam de forma autônoma é necessário que a escola proporcione situações onde eles possam vivenciar a cooperação, a reciprocidade, o respeito mútuo e deste modo, construir paulatinamente a sua autonomia.

Palavras-chaves: Autonomia. Perdão. Moral. Anos Iniciais.

ABSTRACT

This research aims to show how children can learn the meaning of forgiveness in order to build their autonomy and moral. Research is essential to support teachers to work morale within the classroom with their students, so that conflicts are minimized or even eliminated. Through Piagetian clinical method was observed and interviewed students from the first year of elementary school, trying to identify those who can take a perspective other than your own. All this in order to investigate the possibility of these becoming autonomous and can measure the consequences of their actions. To develop the moral and intellectual autonomy of the students , Piaget (1994) shows the importance of children to act properly by choice , not by pressure punishments or rewards , and that they have the correct answers , not because someone showed you, but because found . Through research, we found that students are able to forgive, but often requiring that the colleague is also punished in some way. For in fact the children act autonomously it is necessary that the school provides situations where they can experience the cooperation, reciprocity, mutual respect, and thus gradually build their autonomy.

Keywords: Autonomy. Forgiveness. Moral. Initial years.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Alunos sujeitos da pesquisa.....	34
-----------------	----------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL NA CRIANÇA	13
2.1 FASES DE DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE	13
2.2 A MORAL NA ESCOLA	15
2.3 JUSTIÇA	18
2.4 A SANÇÃO	20
3 PERDÃO COMO COMPONENTE MORAL	23
3.1 DEFINIÇÃO DE PERDÃO	23
3.2 EMPATIA	24
3.3 REFRAMING	25
4 METODOLOGIA	30
4.1 LOCAL DA PESQUISA	32
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS	32
5 CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
5.1 OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA	35
5.2 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS	36
5.2.1 O PERDÃO A PARTIR DO FILME “A ERA DO GELO”	36
5.2.2 O PERDÃO A PARTIR DAS HISTORIETAS	39
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
APÊNDICE A	49
Apêndice B	50
Apêndice C	51

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar tem um papel socializador na educação e está relacionado com a formação intelectual e cultural das novas gerações no sentido de prepará-las para a vida social. É também onde primeiramente as crianças terão maior contato com outras crianças e aprenderão a viver juntas, criando laços de amizade.

Por abrigar diferentes sujeitos, a escola acaba por ser cenário de várias situações conflituosas onde acontecem brigas por concepções religiões, sexualidade diferentes, o que se torna um desafio para os agentes educacionais, que muitas vezes não sabem lidar com elas.

Este trabalho é importante para ensinar os professores como utilizar a técnica *role-taking*, e assim proporcionar às crianças situações onde elas possam vivenciar a cooperação, a reciprocidade, o respeito mútuo e deste modo, construir paulatinamente a sua autonomia. O *role-taking* é a possibilidade de uma pessoa assumir a perspectiva de outra, ou seja, pensar a partir do ponto de vista do outro. Para tanto, é necessário certa descentração, perda do egocentrismo e parar de acreditar que o mundo gira ao seu redor. Crianças pequenas têm dificuldade em coordenar pontos de vista e precisam vivenciar situações que estimulem essa possibilidade. E é nesse sentido que Piaget defende o *role-taking* como uma etapa fundamental do desenvolvimento, uma vez que ao assumir outras perspectivas além da própria, a criança exercita sua esfera interpessoal e caminha no declínio do egocentrismo e construção da autonomia moral.

Piaget (1996) defende a ideia de que para ensinar a moral o aluno precisa vivenciá-la, e não estudar disciplinas que estão no currículo para esses outros temas.

Quando a criança consegue vivenciar a amizade, o respeito mútuo entre outras coisas que geram o pensamento positivo fica muito mais fácil ela conseguir abdicar do sentimento de raiva para com o outro e perdoá-lo. Quando a vítima de qualquer circunstância é capaz de entender tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderão ocorrer mudanças mais genuínas das vítimas com relação aos seus ofensores.

O perdão teve origem no verbo *perdonare* que inicialmente significava conceder e/ou dar, foi acordado pelos estudiosos sobre os termos com os quais o perdão não pode ser confundido, e são elas: absolvição, vista grossa, desculpa, esquecimento, negação e

reconciliação. Os estudos sobre o perdão demoraram a surgir no Brasil, pois se acreditava estar ligada a religião.

Para que ocorra o perdão, é necessário que a vítima tome a perspectiva do ofensor e conheça as motivações que o levaram a cometer a injustiça dentro do seu contexto de vida. De acordo com esse modelo, o perdão depende do entendimento das motivações e razões que levaram o ofensor a cometer a injustiça e da criação de uma nova perspectiva sobre o ofensor. Assim sendo, a consideração empática e a tomada de perspectiva colaboram no processo de perdão. O *reframing*, segundo Enright (1989) ajuda na redução da dor e possibilita o surgimento de uma disposição para o perdão como um ato de compaixão.

Segundo Enright e colaboradores (1989) todos possuem a capacidade de perdoar, mas o grau do perdão depende da situação que a vítima sofreu, como a intensidade da mágoa, o tempo desde que a mágoa ocorreu e a qualidade da relação entre a vítima e o ofensor. Essas teorias estabelecem também que o grau do perdão correlaciona-se positivamente com o grau dos componentes das atitudes e estes incluem afetos negativos, afetos positivos, julgamentos negativos, julgamentos positivos, comportamentos negativos, comportamentos positivos, as pesquisas apontaram que esses requisitos somados são uma medida geral da capacidade para o perdão.

Esta pesquisa procurou responder como as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental concebem o significado do perdão e como isso tem relação com a sua autonomia.

Os conflitos estão muito presente nas escolas, e muitas vezes não se sabem como trabalhar tais acontecimentos com os alunos. É imprescindível discutir tal assunto com eles, analisar quais são as reações, e o que eles pensam e fariam diante dessas circunstâncias. Para que isso ocorra, eles precisarão primeiro se descentralizar, sendo capaz de ver o ponto de vista através do outro, tornando-se autônomo.

A autonomia da criança é construída durante sua fase escolar, por meio de ações desenvolvidas em sala de aula. A pesquisa teve por objetivo estudar esta temática, tendo como referência para reflexão o filme "A era do gelo" (EUA, 2002) e historietas, por meio do método clínico piagetiano e da técnica *role-taking*, isso tudo a fim de entender quais os sentimentos das crianças do primeiro ano do ensino Fundamental I em relação ao perdão e a amizade, e a possível relação com o desenvolvimento moral das mesmas.

A presente pesquisa teve por objetivo produzir conhecimentos que possibilitem orientar didaticamente os professores para a aplicação da técnica de *role-taking*, e assim diminuir os conflitos que possam surgir dentro da sala de aula. Além de fazer com os docentes

estimulem a autonomia da criança colocando-a na perspectiva do outro e por meio do perdão construir seres moralmente instruídos.

Essa pesquisa foi realizada na cidade de Bauru, numa escola pública localizada no bairro de classe baixa. A escola atende no ano de 2013 cerca de 450 alunos, com clientela de ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Esse número de alunos é dividido em dois períodos: manhã e tarde.

Todos os participantes são do primeiro ano do ensino fundamental do período da tarde.

Nos próximos capítulos serão discutidos autores que tratam sobre o desenvolvimento do juízo moral na criança e o perdão que foram imprescindíveis para a fundamentação da pesquisa. Inicialmente serão abordadas as regras; em seguida as fases que as crianças passam para se tornarem autônomas e por fim o perdão como componente moral. Posterior a essa etapa de fundamentação, será apresentado os procedimentos metodológicos adotados na realização da coleta de dados, depois a análise feita das informações coletadas e por fim as considerações finais a que se chegou.

2 O DESENVOLVIMENTO DO JUÍZO MORAL NA CRIANÇA

O desenvolvimento infantil é um processo complexo que envolve dimensões físicas, afetivas, cognitivas e sócio-morais. A escola, complementando o papel da família e da sociedade, é uma das responsáveis pela promoção do desenvolvimento da criança. Segundo Palácios (2004), o desenvolvimento psicológico humano acontece numa encruzilhada de influências que vão muito além dos traços individuais. Para se entender o desenvolvimento infantil é preciso que se considerem aspectos da espécie (filogenia), da cultura, do momento histórico dentro desta cultura, do grupo social ao qual pertence o sujeito e dos traços e características do sujeito (PALÁCIOS, 2004).

Na presente pesquisa optou-se por analisar uma dimensão específica do desenvolvimento da criança: a dimensão sócio-moral. Dentre os autores que estudam essa temática destacamos o epistemólogo genebrino Jean Piaget (1896-1980) que, no âmbito da Psicologia, foi um dos pioneiros na elaboração de pesquisas sobre o desenvolvimento do juízo moral. Na obra *O juízo Moral na Criança* (1994), Piaget define um caminho psicogenético a ser percorrido no desenvolvimento da moralidade que passa por fases: a anomia, a heteronomia e a autonomia.

2.1 FASES DE DESENVOLVIMENTO DA MORALIDADE

Segundo Piaget (1994), a primeira fase da moralidade é a anomia. Nessa fase as crianças são incapazes de seguirem regras, manipulam os jogos de acordo com os seus desejos e seus hábitos motores, permanecendo um jogo individual, e também egocêntrico, ou seja, mesmo quando as crianças jogam juntas, ainda jogam cada uma para si (todas podem ganhar ao mesmo tempo), sem se preocupar com a codificação das regras. É esse duplo caráter de imitação dos outros e de utilização individual dos exemplos recebidos que designaremos pelo nome de egocentrismo. Na medida em que a criança cresce, ela vai percebendo que o "mundo" tem suas regras. Ela descobre isso nas brincadeiras com as crianças maiores, que são úteis para ajudá-la a entrar na fase de heteronomia.

A fase da heteronomia representam crianças que consideram as leis e regras dos jogos, imutáveis, ou seja, não se pode mudar, e muito menos infringi-las, já que são vistas e passadas

como sagradas, pois ainda não são capazes de entrarem em acordo através da cooperação e decidir o que é melhor para si e para o grupo.

Para que a criança possa se tornar autônoma, ela precisa conhecer as regras do jogo ou as leis, e a partir disso avaliar se as leis realmente devem ser seguidas, ou não, já que ele tem a consciência para pensar o que é melhor para si, e se as regras do jogo de acordo com interesse social podem ser mudadas para satisfazer as necessidades do grupo.

Inicialmente, o adulto exerce um controle externo sobre o juízo moral da criança. São as coisas exteriores, a ordem dada pelo adulto, os exemplos dos mais velhos nas brincadeiras, os modelos que obrigam o indivíduo a selecionar seus comportamentos em face de sua aceitação/participação no grupo. Na heteronomia o adulto é tido como autoridade sagrada. O respeito é unilateral. A criança é movida pelo desejo de ser agradável, para ser aceita. As atitudes dos adultos, através dos exemplos, em situações específicas, ficam como registros afetivos e comandam seus julgamentos morais.

Para Piaget (1994) a criança na idade de quatro e cinco anos ainda não consegue trocar pontos de vista, perceber que o outro tem sentimentos diferentes dos seus, devido ao egocentrismo. Vinha (2009) nos esclarece que o egocentrismo do período Pré-operatório aparece no plano da representação, e isso faz com que a criança não diferencie seu ponto de vista, suas ideias das demais. Ela acredita que o que ela sabe nós também sabemos. Não percebe ainda a individualidade de cada um, imagina que pensamos de forma idêntica a ela, não se preocupando em dar explicações detalhadas.

A criança do estágio pré-operatório (2 a 7 anos) é egocêntrica, não se consegue colocar (abstratamente) no lugar do outro, não aceita a ideia do acaso e tudo deve ter uma explicação (a idade dos 'porquês').

Segundo Piaget (1969) o estágio de operações concretas (7 a 11/12 anos) é marcado pela decadência do egocentrismo e um crescente acréscimo do pensamento lógico. A razão é utilizada no lugar da assimilação egocêntrica e a criança é capaz de tomar atitudes críticas perante as ações. Ainda nesse estágio a criança deixa de confundir o real com a fantasia.

Os aspectos afetivos presentes nesta fase podem auxiliar o professor a compreender e a superar com êxito a heteronomia, ajudando os alunos a se tornarem cooperativos, porque não confunde mais seu próprio ponto de vista com o dos outros. A discussão torna-se possível, porque comporta a compreensão a respeito dos pontos de vista do adversário e há procura de justificações ou provas para a afirmação própria. Os alunos tornam-se companheiros, fato que ajuda a criança a, progressivamente, desenvolver a capacidade de se

colocar no ponto de vista do outro. Aprendem a noção de justiça, os sentimentos são recíprocos, honestos, e autônomos em relação ao adulto.

De acordo com Piaget (1994) as crianças passam por 3 fases durante o seu desenvolvimento que é a anomia, a heteronomia e a autonomia, graças a esses estudos é possível identificar qual estágio a criança se encontra, podendo ser feito pesquisas para auxiliar no desenvolvimento moral das mesmas.

2.2 A MORAL NA ESCOLA

Kamii (1991) afirma que muitos educadores almejam que seus alunos sejam autônomos moral e intelectualmente, porém estes não sabem distinguir entre autonomia e heteronomia, e muitos tem ideias ultrapassadas em relação a como educar moralmente as crianças utilizando-se de prêmios e punições.

Dessa forma, o educador estará levando a criança a buscar ser “boazinha” para levar vantagem e não ser castigada ou não levar broncas. Reforçando assim a heteronomia, já que ela fará de tudo para seguir regras.

Para Piaget (1994) ser moral não significa apenas ter boas atitudes, um bom comportamento, mas sim ter por trás destas atitudes sentimentos verdadeiros de respeito mútuo.

Na moralidade autônoma, o indivíduo adquire a consciência moral. Os deveres são cumpridos com consciência de sua necessidade e significação. Possui princípios éticos e morais, além de ser responsável, auto-disciplinado e justo. A responsabilidade pelos atos é proporcional à intenção e não apenas pelas conseqüências do ato.

Para que a autonomia seja construída é necessário que o sujeito ao interagir com o meio no qual está inserido possa experimentar situações interpessoais, como o trabalho em grupo, a cooperação, o respeito mútuo, a tomada de decisões coletivas, a adoção da perspectiva alheia, entre outras. Estudos como o de Piaget (1994), Kohlberg (1984), Puig (1998), entre outros, revelam que a autonomia não é algo que é dado a priori, nem algo que é conseguido graças às pressões do meio, mas é uma possibilidade a ser construída ativamente pelo sujeito.

Nesse sentido, a escola pode ser apontada como um ambiente socializador que tem condições de auxiliar ou prejudicar essa construção, de acordo com o ambiente que propicia.

Piaget (1996) explicita sua opinião sobre a necessidade de se educar moralmente e tece considerações sobre o papel das relações sociais (interações) nessa educação. Segundo

ele, o método mais efetivo para a educação moral é o ativo, onde a criança participa de experiências morais através do ambiente proporcionado pela escola. Quanto a isso, o autor diz que a criança deve estar em contato com outras crianças e com situações onde possa experimentar a cooperação, a democracia, o respeito mútuo e, assim, construir paulatinamente sua moralidade.

Para Piaget (1996) a educação moral não constitui uma matéria especial de ensino, mas um aspecto particular da totalidade do sistema. Dessa maneira, as crianças e os jovens não devem ter “aulas” de educação moral, mas vivenciar a moralidade em todos os aspectos e ambientes presentes na escola. Nesse sentido, os trabalhos com equipes são uma atividade facilitadora para a construção da autonomia, pois quando as crianças trabalham juntas podem trocar pontos de vista, discutir, ganhar em algumas idéias e perder em outras, enfim, podem exercer a democracia.

Piaget (1996) conclui seu trabalho dizendo que os procedimentos de educação moral devem levar em conta a própria criança e que, nesse sentido, os métodos ativos são superiores aos outros. Podemos dizer, então, que educar moralmente para Piaget é proporcionar à criança situações onde ela possa vivenciar a cooperação, a reciprocidade e o respeito mútuo e assim, construir a sua autonomia.

Esclarece Piaget (1998, p.135)

A ideia que defendemos é bem mais concreta: trata-se apenas de criar em cada pessoa um método de compreensão e reciprocidade. Que cada um, sem abandonar seu ponto de vista, e sem procurar suprimir suas crenças e seus sentimentos, que fazem dele um homem de carne e osso, vinculado a uma porção bem delimitada e bem viva do universo, aprenda a se situar no conjunto dos outros homens.

Piaget (1998, p. 153), afirma que "foi somente quando a cooperação começou a prevalecer sobre a coerção que a liberdade individual tornou-se um valor necessário", mas adverte que essa liberdade não deve ser entendida como anomia ou anarquia, e sim como autonomia.

Portanto para Piaget a questão da disciplina está vinculada à educação da liberdade. Indivíduos que vivenciam, na maior parte do tempo, relações de coação, permanecem heterônomos (guiados por outro) e não terão subsídios para construir sua autodisciplina (autonomia). Nesse sentido, permanecerão indisciplinados, sem condições reais de exercerem uma liberdade responsável, que conheça os seus limites e respeite os limites alheios.

Piaget definiu que o homem para se tornar moral precisa ser autônomo. Lepre (2005, p.64) nos dá indícios de como isso seria possível.

No final de 1997, foram apresentados aos educadores brasileiros a primeira edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), confeccionados para atender o 1º Ciclo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série). Os PCNs surgem dentro da proposta construtivista da Educação e têm como proposta central a construção da autonomia do educando, visando o pleno exercício da cidadania. O objetivo dessa nova proposta é o de auxiliar os professores na execução do seu trabalho, para que esses possam oferecer às crianças os conhecimentos que elas necessitam para crescerem como cidadãos, conscientes de seu papel na sociedade.

A autora afirma ainda que essas propostas foram escolhidas pelos seguintes critérios: “urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecimento da compreensão da realidade e participação social” (LEPRE, 2005, p.65).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996/1997) abrem várias alternativas com temas transversais para construir a autonomia da criança e assim formar cidadãos conscientes dos seus atos. A ideia reside na premissa de que a escola é também responsável por essa formação. Com isso a educação moral no Brasil em 2001 volta a ser assunto prioritário e, mais do que nunca, as escolas colocam como meta principal o pleno desenvolvimento do educando, oferecendo bases para seu crescimento afetivo, cognitivo e moral.

Para que o aluno possa medir as consequências dos seus atos, é necessário que ele se torne autônomo e saiba decidir quais regras deve seguir, porém é dever da escola proporcionar ambiente onde os alunos possam exercer a cooperação, a reciprocidade e o respeito mútuo. Desse modo os alunos poderão descentralizar e assumir as perspectivas dos outros.

Nas escolas os professores reclamam dos abusos cometidos pelos alunos, da falta de respeito; percebemos também o aumento dos casos de *bullying*. Apesar de muitos docentes buscarem uma forma de melhorar esta situação, em sua maioria não sabem como ajudar os alunos a agirem com respeito e de forma autônoma.

Ações com respeito e justiça tornariam nossa sociedade mais pacífica e justa, onde os direitos de todos seriam verdadeiramente respeitados. O desejo de uma sociedade assim parece ser uma utopia, pois poucos buscam educar para uma moral realmente autônoma. Quando os alunos conseguem se tornar autônomos, eles mesmos poderão decidir o que é certo ou errado sem que os adultos precisem dizer isso a eles.

2.3 JUSTIÇA

Piaget (1994) fala sobre a responsabilidade objetiva que também interfere no desenvolvimento moral da criança, pois as crianças ainda não conseguem julgar o que seria realmente o correto, pois vai além do perceptível fisicamente. Portanto, julga pelas consequências notáveis concretamente, ou seja, julga pelo resultado do ato e não pela intenção. O adulto reforça a responsabilidade objetiva das crianças, pois geralmente não levam em conta, nem avaliam as intenções das crianças, quando julgam os desajeitamentos infantis. Os adultos punem conforme a materialidade do ato. Já na responsabilidade subjetiva, descentrada de seu egocentrismo, a criança começa a perceber a intencionalidade dos atos, “Surge o sentimento do dever preciso de não mentir, agora pela necessidade de cooperação a veracidade é necessária à reciprocidade e ao acordo mútuo” (PIAGET, 1994, p.106).

A responsabilidade objetiva faz pensar também sobre a noção de justiça que as crianças passam, Piaget percebeu nas crianças três tipos: justiça imanente, justiça retributiva e justiça distributiva.

Na justiça imanente a criança acredita que há na justiça declarada pelos adultos, algo de sagrado e imutável. O não cumprimento das ordens pode acarretar automaticamente em uma sanção.

A heteronomia é característica do momento que surge o respeito a regras que são impostas por pessoas mais velhas, que são exteriores à criança e ditadas de forma coerciva. Por isso se desenvolve um respeito unilateral em relação ao adulto, baseado em dois sentimentos: o afeto e o medo.

A criança heterônoma julga segundo o realismo moral, isto é, as regras são seguidas ao pé da letra. Ela despreza as intenções dos atos e se apegua a suas consequências, considerando como boa toda criança que segue fielmente às regras dos adultos, as leis são imutáveis, e caso haja quebra de regras as mesmas devem ser sancionadas de alguma forma.

As crianças passam a considerar lei toda regra recebida dos adultos (pais, professores e qualquer adulto que tenha como autoridade), respeitando-as pelo amor que têm em relação a eles e pelo medo da reação do adulto perante o descumprimento de uma das regras. Nesta fase as regras são obedecidas, mas não compreendidas pela sua função social. Portanto, as crianças são incapazes de julgar com coerência por não entenderem os critérios utilizados na

formulação das normas, e levando em conta que essas regras não são construídas junto aos alunos, geralmente são impostas.

A ideia de justiça é confundida com a ideia de lei e com a de autoridade. A justiça existe enquanto os deveres são cumpridos.

Os deveres costumam vir sob uma forma pronta e acabada, e como imperativos a serem obedecidos. A justiça representa mais um ideal, uma meta, portanto algo a ser conquistado, um bem a ser realizado (TAILLE et. al., p. 53, 1992).

Para julgar com justiça devem-se avaliar as partes e os acontecimentos, pesar as situações e refletir para depois decidir de forma sensata. Estes procedimentos não são possíveis na fase de heteronomia, a qual está presa à autoridade do mais velho, assim se a regra for infringida, o sujeito deve ser punido. Para as crianças pequenas a justiça segue certo mecanismo, todos que não respeitam as regras são naturalmente punidos, seguindo a ideia de justiça “imaneente”.

A frequência de crianças que afirmam a existência de uma justiça imaneente diminui conforme a idade aumenta, dos mais novos (7 anos), para os mais velhos (11-12 anos).

A noção de justiça imaneente vai desaparecendo à medida que a criança percebe as falhas da justiça do adulto, quando ela sofre as inevitáveis injustiças por parte dos professores, por exemplo, certamente perderá a convicção em uma justiça universal e automática.

A justiça retributiva está ligada a ideia de sanção. O ato deve ser corrigido com punição correspondente ao seu ato.

A infração ou o ato de violação às regras ocasiona a ruptura do elo social, acarretando necessariamente uma sanção; a sanção que pode ser expiatória ou por reciprocidade, é que vai restabelecer esse elo rompido. (VINHA, 2009, p.81)

A justiça distributiva é uma ideia contrária à sanção. Nela o importante é repor ao ofendido ou prejudicado a sua perda. Leva-se em conta as condições e intenções, não só as consequências do ato.

Assim por volta dos onze, doze anos, o igualitarismo simples evolui para uma noção mais refinada de justiça, que é a „equidade“ (igualitarismo relativo), em que a criança não concebe mais os direitos iguais dos indivíduos sem considerar a situação particular de cada um. (Ibid., p. 83).

Essas três noções de justiça estão presentes no desenvolvimento do juízo moral da criança, que se diferencia hierárquica e cronologicamente, das crianças mais novas às mais velhas.

Com o suceder dos anos as crianças passando da noção de justiça retributiva, para a justiça distributiva. E isso ajuda distinguir quem são as crianças autônomas das que não são, pois quem já é antes de tomar qualquer decisão, vai querer saber os motivos da determinada situação, ou seja, ir além do objetivo, não se deixando enganar pelas aparências, considerando as singularidades de cada um.

Piaget (1994) menciona que os resultados de sua pesquisa são de certa forma um tanto quanto arbitrários, pois a mesma foi realizada apenas com crianças de certo grupo étnico e determinado meio social e a pesquisa também apresentou diferenças entre as crianças interrogadas por ele e as interrogadas por outros. Só mantém a afirmação de que geralmente há evolução, conforme a idade em relação à justiça retributiva, os menores costumam propor a sanção expiatória e os maiores a sanção por reciprocidade.

2.4 A SANÇÃO

Piaget diferenciou dois tipos de sanção: sanção expiatória ou punitiva e sanção por reciprocidade. Kamii e DeVries (1991) nos esclarecem que as sanções expiatórias não tem uma relação entre o ato cometido e a natureza da punição, porém há proporção entre a falta e o sofrimento que expiara a culpa pela falta cometida.

Para um desenvolvimento moral eficaz é necessário que o professor deixe a criança participar das decisões, respeitando sua forma de pensar, sem impor regras sem se preocupar se a criança entenderá sua necessidade ou não. Enfim, o educador não deve abusar de sua autoridade, mas em conjunto com as crianças criar um ambiente de respeito e cooperação. E quando forem combinadas essas regras na sala de aula o professor deverá montá-las juntas com o aluno.

É notável que as atitudes mais comuns tomadas atualmente diante dos conflitos nas escolas são: colocar a criança no cantinho para pensar; privá-la do parque, de trazer brinquedo na escola no dia determinado para tal, de participar da educação física ou qualquer outra atividade que as crianças gostem na escola; chamar-lhe a atenção; obriga-la a pedir desculpas; gritar com a criança; leva-la para a diretoria (as crianças tem um medo desta sanção, provavelmente, devido ao costume de se criar um mito em torno da pessoa do (a) diretor (a)

como uma pessoa muito brava, ou pelo fato de o diretor não se apresentar com frequência nos momentos amistosos). Estas são algumas das formas que notamos em nossa convivência no ambiente escolar. Estas sanções são expiatórias, pois leva o sujeito que cometeu uma falta a um tipo de sofrimento para que o mesmo não reincida na falta.

Um as crianças concordam com as punições, defendendo as mais severas, justificadas por sua eficácia no cumprimento das normas. Para outras, elas não representam uma necessidade, as consideradas justas “são aquelas que exigem uma restituição, ou fazem o culpado suportar as consequências de sua falta, ou ainda que consiste num tratamento de repreensão e explicação mais proveitosa que o castigo . (PIAGET, 1994, p. 176).

Devido à falta de conhecimento da teoria de Piaget, acredita-se que estas são as formas ideais de se educar as crianças, de manter a disciplina na sala de aula. Porém Piaget (1994) adverte que este tipo de sanção trás consequências danosas ao desenvolvimento da criança, pois muitas vezes elas podem revoltar-se pelo sentimento de injustiça, tornarem-se calculistas, cometendo outra vez o mesmo tipo de falta, pois não teme o castigo que provavelmente receberá como pagamento pelo seu ato. (Ibid., p. 195).

Contrastando com as sanções expiatórias, as sanções por reciprocidade salientam a ruptura do vínculo social pelo mau comportamento de uma criança. [...] Ocorre uma perturbação no vínculo social, que exige reparo. Assim, o professor apenas precisa chamar a atenção para a consequência da ruptura das relações sociais. (DEVRIES; KAMII, 1991, p. 196).

O presente trabalho defende uma educação que desenvolva a autonomia moral e intelectual de seus alunos. Piaget e seus seguidores mostram a importância de que as crianças ajam corretamente por escolha própria, e não pela pressão de castigos ou de recompensas. Que tenha respostas corretas, não por que alguém lhe mostrou, mas porque as encontrou. Não se deve educar crianças como em experiências de laboratório, onde as cobaias são induzidas a fazer o que é imposto. É importante que as crianças tenham consciência de seus atos, que estejam cientes de suas consequências e que reflitam sobre eles.

Segundo Piaget (1998) a educação quando é autoritária reforça a heteronomia da criança e dificulta a formação de pessoas livres, pois é livre o indivíduo que sabe julgar, e cujo espírito crítico, sentido da experiência e necessidade de coerência lógica se colocam ao serviço de uma razão autônoma, comum a todos os indivíduos e que não depende de nenhuma autoridade externa.

A criança precisa ser livre para tomar as atitudes que achar correto, quando elas tornam-se autônomas é porque aprenderam a julgar e agir de forma apropriada, elas entenderam que o respeito de um pelo outro tem que ser recíproco. Quando chamamos atenção por algo que as crianças fizeram de errado, apenas estamos reforçando a nossa autoridade e assim a criança continua sendo heterônoma.

Com essas preocupações, a autonomia seria o objetivo da educação, sendo favorecida com métodos que privilegiassem a cooperação, numa relação de respeito mútuo e de investigação.

A criança precisa sentir a necessidade de refazer o vínculo, de que a relação com o sujeito prejudicado volte ao normal, para isso é imprescindível que a criança tenha laços de afetividade, amizade, simpatia, carinho com os colegas de sala e o professor.

Muitas vezes a criança pode demorar ou mesmo não compreender as causas do rompimento do laço de amizade, por isso o educador tem um papel importante nas situações de conflito, que é ajudar os educandos a perceberem as consequências de seus atos.

É preciso ensinar os alunos a pensar, e é impossível aprender a pensar num regime autoritário. Pensar é procurar por si próprio, é criticar livremente e é demonstrar de forma autônoma. O pensamento supõe então o jogo livre das funções intelectuais e não o trabalho sob pressão e a repetição verbal (PIAGET, 1998, p.14)

O professor tem papel fundamental no desenvolvimento do aluno, pois ele deve acompanhar todas as etapas do projeto de cada criança, levantando questionamentos, mas nunca dando respostas certas. Dando sugestões, mas nunca assumindo postura autoritária, como se ele fosse o “detentor do saber”.

As regras ao serem criadas com a participação efetiva das crianças são fáceis de ser respeitadas, além de o fazerem com consciência. Podemos perceber isso pela seguinte citação:

Do ponto de vista moral, a cooperação leva não mais à simples obediência às regras impostas, sejam elas quais forem, mas a uma ética da solidariedade e da reciprocidade. Essa moral caracteriza-se, quanto à forma, pelo desabrochar do sentimento de um bem interior independente dos deveres externos, ou seja, por uma progressiva autonomia da consciência, prevalecendo sobre a heteronomia dos deveres primitivos (PIAGET, 1994, p.188)

O próximo capítulo falará especificadamente sobre perdão sendo esse um componente moral.

3 PERDÃO COMO COMPONENTE MORAL

3.1 DEFINIÇÃO DE PERDÃO

Para entender o tema primeiramente será explicado o significado da palavra perdão e sua etimologia.

Segundo o dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa (2009), a palavra perdão pode ser definida como: (1) Remissão de pena; desculpa; indulto. (2) Ét. Renúncia de pessoas ou instituição á adesão às consequências punitivas que seriam justificáveis em face de uma ação que, em níveis diversos, transgredir preceitos jurídicos, religiosos, morais ou afetivos vigentes. Enquanto o verbo perdoar, de acordo com o mesmo dicionário, é definido como: (1) Desculpar, absolver, remitir (pena, culpa, dívida, etc.). (2) Poupar; evitar. (3) Conformer-se com; aceitar. (4) Conceder perdão a; desculpar. (5) Desculpar, absolver, remitir. (6) Conceder perdão, desculpa; remitir as faltas. (7) Conceder perdão ou desculpa e (8) Poupar-se.

Etimologicamente, o verbo perdoar tem origem no verbo *perdonare* (do latim vulgar). Na leitura de Du Cange (1850), é possível notar que inicialmente os significados do verbo *perdonare* (mas não os únicos) seriam os de dar, conceder.

Os estudiosos como Enright e Coyle (1998) da área concordam que o perdão deve ser diferenciado de termos como:

- *Pardoning* (absolvição): conceito relacionado à justiça, e que implica perdoar legalmente alguém da pena consequente à transgressão cometida. No entanto, o perdão pode ocorrer independentemente de o sistema jurídico já ter realizado seu julgamento e/ou aplicado punições.
- *Condoning* (que pode ser entendido como fazer vista grossa): significa aprovar um comportamento que a maioria das pessoas pensa ser errado, que implicaria justificativa para a ofensa, liberando o ofensor de qualquer responsabilidade. Diferentemente dessa ideia, perdoar não é o mesmo que desistir do pleito por justiça ou por tolerância à injustiça.
- *Excusing* (desculpas): termo que sugere que o ofensor teve um motivo que justifique ter cometido a afronta. Mesmo que haja motivos razoáveis que expliquem a ofensa, e que esses sejam considerados, perdoar não é somente entender que não houve intencionalidade.

- *Forgetting* (esquecimento): que traduz a ideia de que a memória da ofensa foi suprimida da consciência. Entretanto, ao perdoar, o indivíduo não deixa de se lembrar da afronta, embora seja possível relembrar a situação de um modo diferente e menos perturbador.
- *Denying* (negação): refere-se a uma indisposição ou incapacidade para perceber que uma afronta tenha ocorrido. Contudo, fingir que nada aconteceu ou que não se sentiu magoado não é o mesmo que perdoar, embora, antes que o perdão seja posto em prática, as pessoas possam inicialmente utilizar esse recurso como forma de evitar entrar em contato com os sentimentos dolorosos eliciados pela afronta.
- *Reconciliation* (reconciliação): sugere a restauração do relacionamento. De fato, para que possa haver reconciliação, deve haver alguma forma de perdão, entretanto, quando se perdoa, não necessariamente deve ocorrer reconciliação.

Sendo assim, os teóricos e pesquisadores da área concordam sobre o que não é perdão, mas não conseguem definir o que é perdão como as outras definições de palavras que estão acima.

Os estudos sistemáticos sobre perdão demoraram a surgir especialmente no Brasil, pois acreditavam estar vinculada a religião especialmente as três grandes tradições monoteístas (cristianismo, islamismo e judaísmo) que vêm articulando o conceito de perdão por milênios. (McCullough, e Witvliet, 2002, pp. 446-458)

Para Piaget (1994), o valor do perdão reflete no desenvolvimento humano. Com o progresso da idade o pensamento de justiça amadurece em sua forma, porque nesse momento as crianças podem julgar as coisas como corretas ou não, e assim pensar coletivamente. O perdão pode orientar a criança a deduzir que a violação é um ato de falta de cooperação, reciprocidade e solidariedade, podendo levar a uma alteração do comportamento e, conseqüentemente, à harmonia social. Manter a harmonia social vai se constituir numa finalidade importante para apoiar o pensamento do perdão.

3.2 EMPATIA

A empatia relaciona-se à capacidade de tomar a perspectiva do outro e diferenciá-lo do seu próprio, compreender motivações e necessidades do outro e atribuir atitudes e comportamentos ao outro. A tomada de perspectiva é uma capacidade que se desenvolve a

partir de avanços na inteligência lógica e da redução do egocentrismo cognitivo e emocional da criança (PIAGET, 1994).

O desenvolvimento cognitivo ajuda as pessoas a ampliarem as complexas formas de diferenciação de pontos de vista: entre o eu e o outro, entre o eu e diferentes pessoas em um grupo e entre o eu e grupos ou sistemas sociais.

Segundo Davis (1993) a tomada de perspectiva se relaciona positivamente com a autoestima, a avaliação de atributos positivos do outro, a sensibilidade sobre os sentimentos e necessidades do outro e o monitoramento crítico da extroversão social em medidas de personalidade. A tomada de perspectiva ainda apresenta correlações negativas com sentimentos de vergonha, medo, isolamento social, fobia social e ansiedade perante audiências, entre outros.

Piaget (1994) considerou o perdão como um tipo de raciocínio que é parte do domínio moral, com atitudes e juízos relacionados ao pensamento de justiça por equidade. Mais recentemente, apoiando-se nessa suposição de Piaget, Enright e *The Human Development Study Group* (1991) definiram o perdão interpessoal como uma atitude moral. De acordo com essa definição, perdoar é uma decisão voluntária, justificada por razões morais relacionadas a raciocínios de justiça. Entretanto, perdoar não é um dever ou uma obrigação moral, assim como é a justiça.

Uma pesquisa realizada por Enright, Santos e Al-Mabuk (1989) verificou uma correlação positiva entre pensamentos de justiça retributiva e pensamentos de perdão. Se a pessoa se orienta pela justiça retributiva expiatória, após uma justiça, irá conceder o perdão condicionado a determinadas consequências, isto é, o ofensor deverá receber uma punição de modo a sofrer igual ou mais do que causou à vítima. Se a pessoa se orienta por uma moral de ganhos pessoais, o perdão só é considerado após compensações de igual ou de maior valor à consequência sofrida pela vítima. Por fim, se a pessoa se orienta por uma moral convencional e ou religiosa, o perdão segue as convenções e princípios de sua religião.

Quando a vítima é capaz de entender tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderão ocorrer mudanças mais genuínas das vítimas com relação aos seus ofensores.

3.3 REFRAMING

O *reframing* é o exercício de refletir sobre seu próprio comportamento antes e durante a situação de injustiça. Porém a energia afetiva investida pela vítima torna-se uma

consideração empática quando começa a se deslocar para si própria e, em seguida, em direção ao outro.

Segundo Enright (1989) o *reframing* ajuda na redução da dor e possibilita o surgimento de uma disposição para o perdão como um ato de compaixão.

Para que ocorra o perdão, é necessário que a vítima tome a perspectiva do ofensor e conheça as motivações que o levaram a cometer a injustiça dentro do seu contexto de vida. De acordo com esse modelo, o perdão depende do entendimento das motivações e razões que levaram o ofensor a cometer a injustiça e da criação de uma nova perspectiva sobre o ofensor. Assim sendo, a consideração empática e a tomada de perspectiva colaboram no processo de perdão.

Segundo Enright e colaboradores (1989), todos possuem a capacidade de perdoar, mas o grau do perdão depende da situação que a vítima sofreu, como a intensidade da mágoa, o tempo desde que a mágoa ocorreu e a qualidade da relação entre a vítima e o ofensor. Essas teorias estabelecem também que o grau do perdão correlaciona-se positivamente com o grau dos componentes das atitudes e estes incluem afetos, julgamentos, comportamentos negativos e positivos, as pesquisas apontaram que esses requisitos somados são uma medida geral da capacidade para o perdão.

Enright e colaboradores (1998) definiu o perdão interpessoal pela perspectiva da vítima:

Perdoar é uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito de ressentimento, julgamentos, afetos, e comportamentos, negativos para com uma pessoa que a ofendeu injustamente. E ao mesmo tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia e possivelmente o amor para com o outro que ofendeu. (ENRIGHT, FREEDMAN e RIQUE, 1998, pp. 46-47).

Para perdoar alguém a vítima precisa ter noção de justiça, e o perdão só é possível considerado no domínio da moral entre pessoas. É também considerado que para perdoar não é necessário um pedido de desculpas ou mesmo a reconciliação, porque sendo assim colocar a reconciliação como uma condição para o perdão é aprisionar as vítimas aos seus ofensores. Yandell (1998) esclareceu que enquanto a reconciliação não deve ser uma condição para o perdão, o perdão deve ser uma condição para a reconciliação.

O perdão como atitude interpessoal moral e universal utilizando-se da perspectiva de Enright (1998), aborda aqueles que querem perdoar os sentimentos, comportamentos e os julgamentos negativos. E assim possam brotar sentimentos positivos, restaurando o bem-estar psicológico das vítimas.

Segundo Rique (2007, p. 184):

As injustiças e os contextos de injustiças são diversos, mas constantes na vida social. O tipo de injustiça sofrida determina a extensão das consequências. A percepção da ofensa também varia de acordo com os indivíduos: alguns sentem-se bastante ofendidos por muito pouco, enquanto outros apresentam uma resistência maior às injustiças que afetam o seu bem estar. Nesse sentido, identificar injustiças que ocorrem em contextos específicos talvez facilite um maior entendimento da prática do perdão nas relações sociais.

Segundo Rique (2011) através de estudos feitos por outros autores, o perdão é importante para a cooperação entre crianças, promoção da autoestima e desenvolvimento de habilidades de resolução de conflitos.

O progresso no desenvolvimento moral é a capacidade de *role-taking*, ou seja, se colocar na perspectiva do outro e entender que o outro tem pensamentos, desejos, e comportamentos diferentes dos seus. Essa capacidade de se colocar no lugar do outro desenvolve juntamente com a redução do egocentrismo emocional e cognitivo da criança.

Ainda sobre o perdão, Gambaro et al (2008) analisou os efeitos do “aconselhamento para o perdão” (Forgiveness Counseling - FC) consiste em uma entrevista semi-estruturada, com 12 questões, referente à estória de um menino chamado Joãozinho, uma adaptação do Dilema de Heinz, um dilema moral utilizado por Enright (Enright, Santos e Al-Mabuk, 1989) em seus estudos com adolescentes e adultos. A adaptação se referia à mãe de Joãozinho que estava doente e não tinha dinheiro para comprar o remédio. Joãozinho tentou comprar o remédio por um valor menor e parcelar o restante da dívida, porém o farmacêutico recusou a proposta e conseqüentemente sua mãe não resistiu e morreu. A FC é uma abordagem terapêutica voltada para a diminuição da raiva e a restauração da saúde emocional. Os resultados desses estudos indicaram que as crianças com idade média de 7,5 anos, homens e mulheres, alunos de escolas públicas e de uma instituição de educação complementar, de orientação religiosa ecumênica, na cidade de João Pessoa, que participaram do aconselhamento aprenderam sobre o perdão e demonstraram reduzir o nível de raiva, utilizando-se desse método como uma estratégia para resolução de conflitos interpessoais, reduzindo então suas emoções negativas. O objetivo desse estudo foi verificar como este tipo de abordagem poderia influenciar as relações interpessoais como um todo, não exclusivamente entre pessoas que se envolveram em conflitos, ou seja, verificar se os efeitos do aconselhamento para o perdão se estendiam para todos os âmbitos da vida social.

A pesquisa feita com crianças que tinham uma noção de perdão acreditava que perdoar estava relacionado a reconciliação. A reconciliação se expressava por meio de “voltar a brincar”, “pedir desculpas”, “dar um abraço”, entre outras ações. De acordo com a teoria de Enright et al.(1991), a reconciliação não estaria necessariamente relacionada ao perdão. Mas, o que se descobriu nas respostas das crianças foi que a reconciliação aparece como uma representação objetiva do conceito de perdão.

Segundo Piaget (1969), as crianças desta faixa etária se encontram no período das operações concretas e têm dificuldades em analisar situações subjetivas. Por isso, a reconciliação pode estar servindo no âmbito comportamental o aspecto concreto do ato de perdoar, as crianças se utilizam desta ação concreta, por meio do “voltar a brincar”, para dar significado a sua escolha de perdoar alguém. Portanto, os resultados mostraram que as crianças já tem um modelo de pensamento moral do perdão e assim revelam um entendimento dessas condições.

De acordo com Rique (2011), o perdão é útil porque reduz o sentimento de raiva, ansiedade, e depressão em graus muito maiores do que os que perdoam menos ou não perdoam. Esses sentimentos de raiva e ansiedade como mágoas são cumulativos, portanto a escola pode e deve ajudar esses alunos a resolverem esses conflitos.

Rique acredita que o perdão interpessoal obedece a dois tipos de processos:

Um deles é o processo clínico de aconselhamento. Um processo intra-individual, ligado a casos em que a pessoa necessita vencer suas limitações internas, na confiança das relações terapêuticas, isolada do social e mesmo do contexto interpessoal da injustiça. O outro processo me parece obedecer a leis abstratas e mais gerais. Esses processos são políticos, simbólicos e, até mesmo, não dialogados abertamente (s/d, p.2).

Em ambos os casos defende-se o perdão como sendo uma atitude de desenvolvimento pessoal e social. A pessoa precisa se superar internamente, para depois viver coletivamente e discutir se as leis que os regem devem realmente ser seguidas e assim progredir sobre o pensamento de justiça.

Referente ao ensino do perdão Rique (s/d, p.3) esclarece:

Programas de aconselhamento podem se unir a intervenções educacionais e formação de currículos que proponham discussões a partir de casos reais ou hipotéticos em sala de aula. O perdão e a justiça são representados nos conteúdos programáticos das mais diversas disciplinas e podem ser criticamente avaliados em todas elas, através da criatividade do professor e da facilitação da tomada de papéis por alunos em sala de aula.

Sendo assim, o ensino sobre o perdão como componente moral é possível, e deve ser aplicado em sala de aula pelo professor, se integrando a currículos na educação. Como Rique (2011) propõe o ensino da matemática que os alunos descubram qual seria a medida exata da justiça para cada um, quais suas vantagens de distribuição ou retribuição pela equidade sobre justiça por igualdade, ou mesmo o ensino de história, para desenvolver as diferentes perspectivas, e também o ensino de estudos sociais, dedicando-se as questões sobre direitos humanos e sobre noções de perdão, apoiado pela compaixão, se encontra na defesa dos direitos. Como ele próprio fala em seu artigo, os professores devem ser criativos e avaliar criticamente os alunos em todas essas disciplinas, tornando-se assim a tomada de papéis por alunos em sala de aula mais fácil.

O bem estar psicológico e o desenvolvimento devem ser fatores essenciais em uma educação voltada para o desenvolvimento humano e social. Nesse sentido, a educação moral voltada ao desenvolvimento visa promover a autonomia de pensamento ético, moral e intelectual na criança, promover a capacidade de tomada de papéis sociais (ou role-taking), a cooperação social entre amigos, a responsabilidade moral, a tolerância com as diferenças, o julgamento de justiça pela equidade e o perdão (RIQUE, s/d, p.4).

No capítulo a seguir será apresentada a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, foi embasada no método clínico-piagetiano que tem como procedimentos básicos a observação e a entrevista.

Pode-se definir entrevista como uma conversa com o entrevistado, no qual o pesquisador tem como objetivo compreender as ideias, interpretações, argumentações e justificativas que os participantes apresentem diante da situação relatada, com o intuito de conseguir acompanhar e descrever o raciocínio utilizado pelas crianças (DELVAL, 2002).

O que se busca na coleta dos dados, a partir do enfoque qualitativo, é a obtenção de dados que serão transformados em informação de pessoas, seres vivos, comunidades, contextos ou situações de maneira profunda, nas próprias “formas de expressão” de cada um deles.

A coleta de dados acontece nos ambientes naturais e cotidianos dos participantes ou unidades de análise. No caso dos seres humanos em seu dia a dia: como falam, em que acreditam, o que sentem, como pensam, como interagem, etc.

A entrevista qualitativa é mais íntima, flexível e aberta (KING e HORROCKS, 2010). Ela é definida como uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (o entrevistado). Na entrevista, com as perguntas e respostas, conseguimos uma comunicação e ao mesmo tempo a construção de significados a respeito de um tema (JANESICK, 1998).

As entrevistas semiestruturadas se baseiam em um roteiro de assuntos ou perguntas e o entrevistador tem a liberdade de fazer outras perguntas para precisar conceitos ou obter mais informações sobre os temas desejados, ou seja, nem todas as perguntas estão predeterminadas.

Na utilização desse método, cabe ao pesquisador se atentar diante da atuação do sujeito, de suas respostas, ações ou explicações, analisando o que está acontecendo e esclarecendo os significados encontrados junto ao entrevistado, tentando sempre atuar de maneira flexível e sensível em relação à criança. Segundo o pesquisador, Juan Delval o método diferencia-se de outros precisamente “nessa intervenção sistemática do experimentador diante da atuação do sujeito e como resposta às suas ações ou explicações” (DELVAL, 2002, p. 68).

O método clínico-piagetiano tem quanto finalidade compreender como o sujeito pensa, como analisa situações, como resolve problemas, como responde às contra-sugestões do examinador. Ainda nesse método o examinador tenta motivar o sujeito à reflexão.

Segundo Carraher (1989) no livro *O método clínico*, o examinador deve levar em conta a situação psicológica do sujeito reconhecendo que a padronização de condições externas não pode satisfazer o requisito de colocar todos os sujeitos na mesma situação psicológica.

Para a efetiva aplicação do método clínico, a pesquisa foi efetuada com base em determinadas cenas do filme “A era do Gelo” (EUA, 2002) e historietas. Tais cenas tiveram como tema o perdão. Por meio do *role-taking* e entrevistas os participantes foram questionados sobre o perdão, no intuito de entender o raciocínio moral das crianças em relação a esse tema.

Seguindo as noções de Piaget sobre os estágios de desenvolvimento cognitivo a ênfase dada por Kohlberg (1969), em seus estudos sobre a moralidade, a tomada de perspectiva (também conhecida como *role-taking*) segue uma série de estágios progressivos de desenvolvimento. Os pesquisadores (KURDEK, 1978; MOORE e EISENBERG 1984; SHANTZ, 1975) identificaram pelo menos três tipos de tomada de perspectiva que têm sido relacionados a ações morais:

- afetiva que é a capacidade de compreender os sentimentos e reações emocionais dos outros;
- social que é a capacidade de compreender as ações, motivações e pensamentos dos outros;
- espacial que é a capacidade de colocar-se literalmente no lugar do outro e ver o ponto de vista deste.

Esses estágios de tomada de perspectiva são relacionados fortemente à transição gradual de um funcionamento egocêntrico para um funcionamento sociocêntrico.

Desses três tipos de tomada de perspectiva, a afetiva e a social têm sido mais comumente ligadas a ações morais, porque a maioria delas são observadas em contextos emocionais e envolvem outros.

Tanto Piaget (1994) quanto Kohlberg (1969) propuseram que os níveis individuais de sofisticação no raciocínio moral são uma janela para ver o nível de desenvolvimento moral deste indivíduo. O desenvolvimento de julgamento moral é um aspecto de competência, sociocognitivas, em paralelo ao desenvolvimento das operações cognitivas, ou seja, o aumento da sofisticação do raciocínio moral é hipotetizado como associado a um aumento no desenvolvimento cognitivo.

Os trechos escolhidos para análise do filme foram quatro. O primeiro momento é aquele em que Manny, Syd e Diego se conhecem (Syd queria devolver o bebê para os humanos porque achava correto, e o Diego apareceu dizendo que iria fazê-lo e que ele seria mais rápido, mas na verdade ele só queria pegá-lo para saboreá-lo com o seu bando de tigres). O segundo momento é quando eles veem os humanos partirem sem o bebê e os três decidem levar o bebê juntos para os humanos. O terceiro momento é aquele em que o Syd, Manny e Diego estão passando sob uma lava, Diego quase caiu na lava, porém o Manny ajudou-o e dessa forma o laço de amizade está consolidado, pois no filme ele pergunta por que o Manny fez aquilo e ele responde, “porque é isso que os amigos fazem um pelo outro”. E o quarto trecho é o de quando o tigre revela que está levando os novos amigos para uma emboscada, então eles bolam um plano para saírem vivos juntos dessa “roubada”.

Para a realização da pesquisa foi utilizado como instrumentos de coleta de dados, um notebook e um gravador de áudio. Utilizou-se também um roteiro de questões sobre o filme e um roteiro de historietas (ambas se encontram no apêndice A) para ajudar nas análises das informações apresentadas pelos alunos.

4.1 LOCAL DA PESQUISA

A escola investigada está localizada num bairro de classe baixa na cidade de Bauru. A área onde a escola está inserida é asfaltada e possui boas condições de moradia. Os alunos atendidos pela escola são oriundos de diversos bairros, sendo a maioria deles pertencentes da classe social baixa.

A escola atende no ano de 2013 cerca de 450 alunos, com clientela de ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Esse número de alunos é dividido em dois períodos: manhã e tarde.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

As crianças escolhidas tinham por volta dos seis e sete anos. A idade das crianças escolhidas remete segundo a teoria de Piaget (1969) ao nível pré-operatório e também podendo considerar o operatório concreto.

Um acontecimento presente no estágio pré-operatório é a introdução ao mundo da moralidade, ou seja, nesta fase a criança entra no mundo dos valores, das regras, das virtudes e das noções de certo e errado. Este fato é importante porque não se pode falar em moral no estágio anterior. Piaget acredita que só por volta dos 4 anos de idade é que a criança penetra no mundo da moralidade, mas apesar de saber diferenciar regras condicionadas pela natureza de normas morais ou sociais, ela ainda não compreende o sentido de tais regras. Piaget também acredita que nesta fase a criança é egocêntrica, mas não porque ela é centrada apenas nela, mas porque ela não consegue perceber o ponto de vista do outro.

E no estágio operatório concreto há o declínio do egocentrismo e a reciprocidade entre os vários pontos de vista, nas relações sociais, a criança começa a perceber suas próprias contradições, tendendo, daí, à descentração ou socialização de seu pensamento.

Os sujeitos da pesquisa foram cinco meninas e cinco meninos com idade entre 6 e 7 anos, alunos do primeiro ano do ensino fundamental I em uma escola pública municipal de Bauru –SP. Esses foram escolhidos intencionalmente pela professora da turma.

A professora sugeriu esses dez alunos, pois alguns deles têm dificuldade de se relacionar na sala de aula ou por ser muito briguentos e não tem um comportamento adequado (para ela e os demais agentes da escola), ou por serem muito “fechados”, quietos, tímidos, ficam fora das brincadeiras e tem problemas para se relacionar com outros alunos.

Para que haja sigilo das informações coletadas, resolvemos chama-los de A1,A2,A3,A4,A5,A6,A7,A8,A9 e A10. Nos tópicos abaixo será caracterizado cada um deles:

- Criança 1: era agitada, tagarela, espontânea. Já havia frequentado a escola e isso é muito importante, pois no decorrer dos anos frequentados no ambiente escolar a criança aceita as regras que são conferidas para bom convívio entre todos que atuam na mesma.
- Criança 2: era um pouco acanhada, tímida, calma. Apresentava um bom comportamento. Falava muito pouco, mas muito bem.
- Criança 3: era muito meiga, e tinha estatura baixa em relação as demais crianças da turma. Era muito querida por todos e por isso tinha muitos amigos.
- Criança 4: apresentava um pouco de antipatia, falava somente o necessário e muitas vezes só quando o perguntava sobre o que acontecia. Segundo a professora relatou, a família dele era pouco presente.

- Criança 5: precisava de muitas explicações durante as atividades, e apresentava problemas na fala (fonética). Tinha características bem infantilizadas.
- Criança 6: faltava muito na escola porque estava sempre doente. Era muito comprometida com os conteúdos da escola. Tinha muitos amigos, e era muito simpático.
- Criança 7: sentia-se bem a vontade no ambiente escolar. Segundo ela, tinha algumas meninas da sala que ela não gostava e não se sentia culpada se tivesse que fazer algo ruim a elas. Afirmou não gostar de ficar sozinha.
- Criança 8: era muito alegre, risonha extrovertida entre outras qualidades. Falava muito bem e tinha um bom relacionamento com seus amigos.
- Criança 9: sabia organizar muito bem seus pensamentos, tinha um bom comportamento e se relacionava bem com seus amigos.
- Criança 10: tinha uma linguagem oral bem infantil, tinha muitos amigos e a maioria das perguntas ela relacionava a resposta a Deus.

Quadro 1: Alunos sujeitos da pesquisa

Aluno	Idade	Característica
A1	6 anos e 5 meses	Menino
A2	6 anos e 4 meses	Menino
A3	6 anos e 3 meses	Menino
A4	6 anos e 3 meses	Menino
A5	6 anos e 4 meses	Menina
A6	6 anos e 2 meses	Menino
A7	6 anos e 4 meses	Menina
A8	6 anos e 5 meses	Menina
A9	6 anos e 7 meses	Menina
A10	6 anos e 8 meses	Menina

Fonte: Elaboração própria.

5 CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentadas as análises dos dados da entrevista e da observação que foram realizadas, por meio da categorização.

Quando foi proposta à escola a aplicação da pesquisa, explicou-se para a professora da sala o objetivo da mesma e qual seria o filme para análise com as crianças. Por conta do termo livre e esclarecido (apêndice C) que os pais deveriam assinar, só foi possível realizar a coleta de dados na semana seguinte. Porém, ao entrar em contato com a escola foi informado que a professora havia passado o filme inteiro no dia anterior para as crianças, pois estava tendo reunião de pais e as crianças precisavam ficar entretidos com alguma coisa. Na realização das entrevistas e no passar dos trechos dos filmes, eles já diziam o que iria acontecer e, por conseguinte foi mais fácil fazer as perguntas e obter as respostas.

5.1 OBSERVAÇÃO EM SALA DE AULA

Para a observação em sala de aula foi seguido um roteiro de observação que se encontra no apêndice B. As regras da sala foram impostas pela professora no início do ano letivo, que foram combinadas para o bom convívio em grupo.

Essa observação se deu no período de uma semana, e o foco da observação foi nos alunos que haviam sido selecionados pela professora para a entrevista.

Em relação às sanções, nota-se que atitudes imediatistas são tomadas pela professora, como mandar sentar, falar mais alto quando necessário ou mais baixo, obrigá-los a pedir desculpas dependendo da situação, colocá-los de castigo, etc. Como afirma Vinha (2009, p. 43) “[...] servem apenas para controle da disciplina e manipulação sutil do comportamento da criança, não sendo apropriado para o favorecimento da autonomia”.

Durante o período de observação, pude detectar duas sanções que ocorreram: uma criança não foi para a educação física porque não estava se comportando bem durante as aulas; a criança ficou sem brincar no dia do brinquedo porque estava brigando demais com o colega.

Apesar das regras impostas alguns falam enquanto a professora explica. Assim ela tem que parar a aula e chamar a atenção várias vezes para conseguir explicar o enunciado da atividade, ou explicar o conteúdo que será dado.

Quando as regras são quebradas, a professora faz um apanhado geral e relembra o que cada um deve fazer para que o bom convívio na sala de aula perpetue.

Quando há ocorrências de brigas, desentendimentos, a professora expõe o ponto de vista do mais prejudicado, explicando que não se deve fazer ao outro o que não se quer para si, assim o aluno toma consciência dos prejuízos que foram causados ao outro.

Outro aspecto percebido durante as observações foi à boa relação entre professor e aluno. Já que ela os trata bem e lhes dá oportunidade para se expressarem. Enquanto que a relação aluno/ aluno em geral é boa, sendo que às vezes são permeados de desentendimentos por causa de material, brinquedos, amigos, fila.

A brincadeira no parque ocorre uma vez por semana durante uma hora. As professoras do primeiro ano levam os seus alunos nesse parque, porque eles entraram recentemente no ensino sistematizado com mais carga horária de conteúdos e acreditam que assim os alunos não percam totalmente a relação com a Educação Infantil. Lá há gangorras, roda, balanços e escorregadores. Ocorrem pequenas brigas quando estão brincando no parque, e muitas vezes porque um não quer deixar o outro brincar, são egocêntricos em relação a isso, acham que somente eles podem e querem brincar ali. A professora geralmente pede para que se reconciliem, mas em casos de reincidência acabam ficando sentados perto da professora sem brincar.

Na sala de aula percebe-se que os alunos já têm seus grupinhos formados, aqueles com quem tem mais afinidade, e geralmente a professora pede para sentarem em grupos de quatro, que são formados sempre pelos mesmos alunos. Quando acontece de um sentar com quem não gostaria, a confusão é imediata, então a professora explica que todos devem ser amigos um dos outros, mas nem sempre funciona, pois percebe que o aluno fica emburrado.

A professora da sala afirmou que nunca tinha ouvido falar sobre o tema desse trabalho que é a moral por meio do perdão, mas que gostaria muito de aprender, já que ela acredita ser necessária a cooperação na sala de aula.

5.2 CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

5.2.1 O PERDÃO A PARTIR DO FILME “A ERA DO GELO”

No presente tópico serão apresentadas as análises realizadas a partir das respostas obtidas nos questionamentos feitos com os alunos depois de assistirem trechos do filme “A era do Gelo” (EUA, 2002).

A primeira pergunta a ser analisada foi: O que você acha do que o Diego fez?¹

O A3 e o A5 responderam que o tigre mentiu para os amigos novos (mamute e a preguiça) e que isso não é certo. Aqui podemos fazer referência com os textos de Piaget (1994), acreditando que as crianças assumem a posição de heterônomos, pois os adultos não aceitariam esse gesto realizado pelo tigre e ensina-os desde pequenos que isso não é correto.

Entrevistadora: O que você acha da atitude do Diego (tigre)? Você acha certa a atitude dele?

A3: Ele mentiu pros amigos, e isso não é certo.

O A2 e o A4 disseram que acharam certa a atitude do Diego no final do filme de ajudar os amigos a saírem da emboscada. As análises feitas a partir dessas respostas também fazem referência ao livro de Piaget (1994), pois mostra o quanto eles amadureceram para diferenciar as atitudes de quando o Diego era do mal e depois quando ele ficou do bem, concretizando o desenvolvimento da moralidade autônoma. Como já foi apresentado, na moralidade autônoma, o indivíduo adquire a consciência moral. Os deveres são cumpridos com consciência de sua necessidade e significação. Possui princípios éticos e morais. É responsável, autodisciplinado e justo. A responsabilidade pelos atos é proporcional à intenção e não apenas pelas consequências do ato. Como veremos o A4 cumpre bem essa função.

Entrevistadora: O que você acha da atitude do Diego (tigre)? Você acha certo?

A4: Sim, a atitude do Diego estava certa no final de avisar os amigos que estava levando eles para uma emboscada.

O A1, A6 A7, A8, A9 e A10 estão um pouco confusos sobre as atitudes do Diego, pois eles consideram o tigre bonzinho no final por poder ajudar os novos amigos, mas no começo ele foi muito mal porque apenas queria comer o bebê ou trapacear o mamute e a preguiça. Ou seja, eles estão na transição de um estágio para o outro, na heteronomia de acordo com as regras impostas pelo adulto são erradas as atitudes do Diego no começo do filme. Eles podem diferenciar o Diego do começo e o do fim, o quanto ele melhorou e acreditar que não é só

¹ Por ser um roteiro semi-estruturado questionamos sobre as respostas dadas por eles, ou seja, inserimos outras perguntas para facilitar o diálogo e a compreensão de ambas as partes.

porque ele é do mal que ele não pode ter um final feliz, já que a sanção nesse caso seria ele se dar mal no final. O A6 exemplifica muito bem o que foi analisado.

Entrevistadora: O que você acha da atitude do Diego (tigre)? Você acha certa a atitude do Diego?

A6: Ele tentou comer o nenê, e ele não conseguiu, mas depois virou amigo do mamute e do Sid no final.

As perguntas seguintes foram: Você o perdoaria (Diego)? Se você fosse do grupo do mamute e da preguiça, você aceitaria a amizade de Diego de volta? Por quê?

Os A1, A2, A4, A5, A7, A9 e A10 responderam que sim perdoaria o Diego, e quando questionados sobre se aceitariam a amizade deles de volta a resposta foi variada.

Entrevistadora: Você perdoaria o Diego? Se você fosse do grupo do mamute e da preguiça, você aceitaria a amizade de Diego de volta? Por quê?

A1: Sim perdoaria. Sim porque ele foi um bom amigo depois.

Entrevistadora: Você perdoaria o Diego? Se você fosse do grupo do mamute e da preguiça, você aceitaria a amizade de Diego de volta? Por quê?

A2: Sim. Sim porque ele é do bem, porque ele é bem baixinho, porque ele luta pelo amigo deles.

O A2 hesitou para responder sim, no começo ele tinha respondido não. Mas ele explicou que o tigre era do bem por ter ajudado o mamute e a preguiça.

Nessas respostas obtidas podemos perceber que os alunos do primeiro ano do ensino fundamental já vivenciam a redução do egocentrismo cognitivo e emocional graças aos avanços na inteligência lógica, compreendem motivações e necessidades do outro e atribui atitudes e comportamentos aos outros.

Enright e *The Human Development Study Group* (1991) definem o perdão interpessoal como uma atitude moral, ou seja, é uma decisão voluntária, justificada por razões morais relacionadas a raciocínio de justiça, portanto não é um dever ou uma obrigação perdoar. Esses alunos então podem ser considerados autônomos por conseguirem perdoar o outro por vontade própria, abdicar do ressentimento que a outra pessoa causou, sem se importar nas regras e nas justiça que são impostas pelo adulto e também sem ponderar na retribuição de algum “favor” ou “presente” que possam ajudar no favorecimento do perdão. É importante ressaltar que eles conseguiram assumir a perspectiva do outro, pois a pergunta sugeria que eles assumissem o papel do mamute e da preguiça e eles a executaram com êxito.

Em relação aos A3, A6 e A8 responderam que não conseguiriam perdoar o tigre e o motivo pelo qual eles não perdoariam foi também variada. Como mostrarei a seguir.

Entrevistadora: Você perdoaria o Diego? Se você fosse do grupo do mamute e da preguiça, você aceitaria a amizade de Diego de volta? Por quê?

A3: Eu não perdoaria porque ele mentiu, ele disse que ia leva o bebê pro pai dele e não levou, levou ele pra outro lugar e não sei mais. Não perdoaria o que ele fez, mas aceitaria a amizade dele de volta, porque ele ajudou os amigos dele e levou o bebê dele até o pai dele.

Entrevistadora: Você perdoaria o Diego? Se você fosse do grupo do mamute e da preguiça, você aceitaria a amizade de Diego de volta? Por quê?

A8: Não perdoaria. Acho que não, porque se não ele ia matar o bando.

É possível perceber dois caminhos para responder o não ao perdão. O A3 disse que não perdoaria, mas que aceitaria a amizade do Diego de volta porque ele ajudou a levar o bebê de volta para o pai dele. Nota-se que o A3 tende a perdoar o amigo, pois o tigre fez algo de bom para o bando e a justiça dada a ele foi proporcional ao ato cometido, mas não consegue se desprender dos valores morais no qual o tigre deveria ser de alguma forma lesado, então se percebe que ele está começando a criar as próprias regras (autônomo) para aceitar a amizade do amigo, mas ainda falta algo.

O perdão não concedido significa que ainda é muito difícil pra ele abdicar de algum ressentimento causado, que apesar da vontade de ter o tigre como amigo é complicado para ele nutrir a compaixão, a misericórdia e possivelmente o amor e isso também fica evidente no caso do A8.

O A8 disse que não perdoaria e que não aceitaria a amizade dele porque esse iria matar o bando (uma concepção pré-definida no pensamento dele). Ele ainda está preso às regras e as leis que o adulto rege, ou seja, não queria realmente aceitar a amizade dele, acreditando que esse possa machucar alguém do bando por já ter feito coisas ruins aos outros antes.

5.2.2 O PERDÃO A PARTIR DAS HISTORIETAS

A historieta 1 nos permite saber qual a reação dos alunos em relação ao ato de emprestar ou não o brinquedo para o amigo e em qual estágio eles realmente se encontram, colocando-se no lugar do próximo e avaliar se são capazes de perdoar. Como o exemplo a seguir.

Entrevistadora: Uma amiga sua trouxe um brinquedo novo para a escola. Você pede para brincar com o brinquedo e ela não deixa. O que você acha disso? Você perdoaria seu amigo se ele não te emprestar o brinquedo? Por quê? E você emprestaria o seu brinquedo para ele? Você acha que os amigos devem emprestar brinquedo uns aos outros? Mas e se você pegar o dela e ela pegar o seu?

A1: Não sei. Eu perdoaria ele uai, porque sim. Mas e se ele deixaria eu brincar? Não sei, eu já perdoei ele, por ele não ter me emprestado o brinquedo. Sim emprestaria. Não, porque o que é dele é dele e o que é meu é meu. Aí sim.

Entrevistadora: Um amigo seu trouxe um brinquedo novo de casa, e você pede pra brincar com o brinquedo novo dele, e ele não deixa, o que você acha disso? Mas você não pegaria o brinquedo, você pediria emprestado, o que você acha disso? Mas por que você acha que não é certo ele não te emprestar o brinquedo? Você perdoaria seu amigo por ele não ter te emprestado o brinquedo?

A2: Eu acho feio pegar dos outros. Eu acho que não é certo, porque é dele, e os amigos pegam emprestado e não devolvem. Sim porque ele é meu amigo.

Podemos notar uma “contradição” no que ele diz. Porque quando a pergunta se refere a ele deixar o amigo brincar ele diz que emprestaria, mas quando a pergunta se refere à troca de brinquedos o A1 diz que não, porque “*o que é dele é dele e o que é meu é meu*”, e quando questionado novamente sobre se alguém pegar o brinquedo do outro ele diz que aí pode. Ou seja, pensamentos muito conflitantes, respostas incoerentes, isso são traços de um aluno egocêntrico e heterônomo tentando tornar-se autônomo.

O trabalho que deve ser feito com os alunos que responderam a mesma coisa deve ser mais intensa, porque eles precisam se libertar das regras impostas pelos pais que dizem aos seus filhos para não emprestar o brinquedo ao amigo porque esse pode quebrar. O certo seria a criança pensar e julgar por conta própria se deve emprestar o brinquedo para o amigo sem as contradições que aparecem na sua fala.

Os alunos 2 e 3 também responderam que não é certo emprestar o brinquedo porque os amigos não devolvem, e o brinquedo é do amigo, mas que perdoaria se fosse um amigo que não tivesse emprestado.

Já os alunos 4, 6, 7 e 9 precisam das ordens e regras que os adultos impõem para que um possa brincar com o outro não conseguindo estabelecer as próprias regras.

Entrevistadora: Um amigo seu trouxe um brinquedo novo de casa e você pede pra brincar e ele não deixa o que você acha disso? Mas e se a professora não falasse nada? E o que você acha disso? Você acha que é certo

emprestar brinquedo uns aos outros? Por quê? Você perdoaria seu amigo por ele não ter te emprestado o brinquedo? Por quê?

A7: Aí eu vou lá e conto pra professora e a professora fala que é pra deixar brincar sim, e ela deixa. Então ela, mesmo ela ia deixar continuando eu brincar. Se eu levasse um brinquedo pra escola e a minha amiga perguntasse se podia brincar, eu ia fazer o mesmo que ela fez comigo. Sim, porque a gente é muito amiga, porque não gosto de ficar brincando sozinha. Sim, porque se ela não me emprestasse eu não emprestaria pra ela, eu perdoaria porque eu não teria emprestado o meu brinquedo também.

As falas dos alunos 4, 6, 7 e 9 são parecidas pelo fato de que eles precisam que a justiça de alguma forma seja feita. No exemplo do A7 fica claro que ele só perdoaria quando seu amigo passasse pela mesma situação dele, e apresenta heteronomia porque ele acredita que a professora intervindo o outro deverá obedecer. Porém para Enright e *The Human Development Study Group* (1991) o perdão interpessoal é uma atitude moral. Entretanto, perdoar não é um dever ou uma obrigação moral, assim como é a justiça. Fica claro que o perdão não foi concedido e sim que a justiça foi feita nesse caso.

O A6 respondeu que se o amigo não emprestar o brinquedo para ele, ele não será mais amigo dele, ou seja, aqui a justiça realizada será perder a amizade. O A9 acha feio essa atitude de não emprestar o brinquedo e que a amiga ficará sem brincar com os coleguinhas se isso acontecer. Está claro que a justiça para o A9 seria quem não emprestou o brinquedo ficar sem brincar.

Os A5 e A10 se baseiam em Deus para se explicarem, como veremos a seguir.

Entrevistadora: Um amigo seu trouxe um brinquedo novo de casa, e você pede pra brincar com o brinquedo novo, e ele não deixa, o que você acha disso? Você acha que é certo emprestar brinquedo uns aos outros? Por quê? Você perdoaria seu amigo por ele não ter te emprestado o brinquedo? Por quê?

A5: Tem que dividir as coisas, é feio, Deus não gosta. Sim, mas não pode levar pra casa. Sim, porque depois ela me empresta.

Entrevistadora: Um amigo seu trouxe um brinquedo novo de casa, e você pede pra brincar com o brinquedo novo, e ele não deixa, o que você acha disso? Você acha que é certo emprestar brinquedo uns aos outros? Por quê? Você perdoaria seu amigo por ele não ter te emprestado o brinquedo? Por quê?

A10: Eu acho chato e feio, porque isso não é de Deus, não deixar o amigo brincar. Ta certo. Sim, porque somos amigos.

A resposta dada pelo A5 e A10 faz refletir sobre a religiosidade que ainda é muito forte, tanto que os estudos no Brasil demoraram a surgir porque se acreditava que o perdão estava relacionado à religião, graças às três grandes tradições monoteístas que vêm

articulando o conceito de perdão por milênios. Também pela fala do A5 e A10, percebemos que eles devem ser muito cooperativos e conscientes, como o A5 diz pode emprestar sim o brinquedo, mas depois tem que devolver. O perdoar é concebido com muita facilidade, e se o amigo não emprestar agora, ele pode emprestar depois. Quando a vítima é capaz de entender tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderão ocorrer mudanças mais genuínas.

O trecho abaixo permite identificar uma criança que apresenta autonomia na sua fala e pensamento.

Entrevistadora: Um amigo seu trouxe um brinquedo novo de casa, e você pede pra brincar com o brinquedo novo dele, e ele não deixa, o que você acha disso? Você acha que é certo emprestar brinquedo uns aos outros? Por quê? Você perdoaria seu amigo por ele não ter te emprestado o brinquedo? Por quê? E se fosse um estranho?

A8: Eu acho que é feio, porque tem que dividir. Sim, porque aí todo mundo pode brincar. Sim, porque ela é minha amiga. Aí eu não perdoaria.

Uma das conclusões possíveis a se fazer é de que o A8 pensa coletivamente (perspectiva do outro). Ele consegue perceber que se emprestar o brinquedo para toda a turma eles poderão brincar juntos. E ainda que caso o colega não emprestasse o brinquedo o perdão ocorreria. Mas se não fosse alguém conhecido (estranho) ele não perdoaria. Há traços fortíssimos de cooperatividade, reciprocidade, companheirismo, ou seja, um aluno que entende tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderão ocorrer mudanças mais genuínas das vítimas com relação aos seus ofensores.

Na historieta 2 foi possível analisar a propensão do aluno a perdoar seu amigo e quais são as reações dos mesmos quando um amigo rabisca o seu desenho.

Alguns deles estão na fase egocêntrica e pensam na justiça retributiva que ajudará a restabelecer o elo rompido. Encontram-se aqui o A6 e A7. Eles acreditam que as crianças que fizeram algo errado devem ser punidas de alguma forma, pois assim coloca o adulto para as crianças tornando-se lei ou regra para elas.

Entrevistadora: A professora pede pra você pintar um desenho e sua amiga sem querer rabisca seu desenho e ele fica feio, o que você acha disso?

A6: Eu contava pra minha professora e ele ia ,pa" diretora.

Entrevistadora: A professora pede pra você pintar um desenho e sua amiga sem querer rabisca seu desenho e ele fica feio? O que você acha disso?

A7: Se eu contasse pra professora, a professora ia brigar com ela.

Entrevistadora: Você perdoaria o seu amigo por ele ter feito isso no seu desenho?

A7: Sim, perdoaria.

Entrevistadora: E você acha certo ir rabiscar o dela?

A7: Não, mas se fosse a minha amiga Yasmin, eu iria lá e rabiscaria o dela também mesmo não sendo certo, porque eu não gosto muito dela.

Fica claro que o A6 e o A7 precisam saber que o outro sofrerá alguma punição para que o elo rompido seja novamente ligado. Em relação ao A7, podemos perceber que sua fala é contraditória, pois ela diz que perdoaria a pessoa que rabiscasse o desenho dela. Mas, se fosse a amiga Yasmin ela não mediria as consequências do ato já que quando se perdoa a pessoa quer dizer que ela está abdicando do sentimento ruim que a mesma causou e gradativamente constrói um sentimento positivo para com a outra pessoa. Foi possível perceber que a heteronomia se fortalece, uma vez que o A7 precisa que alguma justiça seja feita com a colega e a escolhida é a retributiva, significando que a mesma deve sofrer igualmente a ela.

Vejamos o A1, A2, A3, A4, A5, A8 e A9 que entendem os motivos pelo qual o amigo rabiscou o seu desenho.

A1: Eu não ligaria porque daí a professora me dá outra folha. Não, porque daí os dois estariam errados. Sim, porque não é bom ficar guardando mágoas das pessoas. Sim, porque é meu amigo.

A2: Eu não ligo. Não. Sim, perdoaria.

A3: Eu acho normal, aí eu pego tiro a folha, joga no lixo e faço outro. Não. Não, nunca fiz isso e nunca vou fazer. Sim, porque ele é meu amigo e foi sem querer.

A4: Tem que fazer outro. Não gostei, mas foi sem querer. Não rabiscaria o dela. Sim perdoaria porque é meu amigo e foi sem querer.

A5: Acho que fica feio, mas eu ia perdoa. Não faria. Sim eu ia perdoar minha amiga.

A8: Eu acho feio, mas se foi sem querer eu perdoaria. Não faria isso. Sim perdoaria porque ela é minha amiga.

A9: Se rabiscou sem querer o desenho a professora dá outro pra pintar e eu não me importo. Porque eu não acho certo rabiscar o dela. Sim perdoaria porque é errado e porque ela é minha amiga.

A autonomia se apresenta em todos pela sua fala espontânea ao dizer que não guardaria mágoas do amigo e perdoaria sim, pois a falta cometida para com eles, seria facilmente corrigida e mesmo porque o rabisco foi sem querer, como dizia Enright e colaboradores (1989) todos possuem a capacidade de perdoar, mas o grau do perdão depende da situação que a vítima sofreu, como a intensidade da mágoa, o tempo desde que a mágoa ocorreu e a qualidade da relação entre a vítima e o ofensor.

O A10 relaciona novamente a pergunta com religião.

Entrevistadora: A professora pede pra você pintar um desenho e sua amiga sem querer rabisca seu desenho e ele fica feio, o que você acha disso? Você deveria rabiscar o dela também? Você perdoaria o seu amigo por ele ter feito isso no seu desenho, por quê?

A10: Feio, porque isso não pode fazer e Deus não gosta. Não. Sim, perdoaria.

Para essa criança Deus é muito presente, porque a resposta da historieta 1 foi relacionada a Deus também. O A10 perdoa facilmente porque segundo a igreja, devemos sempre perdoar o próximo. Quando a vítima é capaz de entender tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderão ocorrer mudanças mais genuínas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola em questão toma várias medidas para tentar colocar ordem e disciplina durante as aulas, mas sabemos que dessa forma só irão construir seres humanos cada vez mais heterônomos, ou seja, que precisam de sanções e regras para que o bom convívio permaneça. Mas se trabalhado corretamente a moral, que é a proposta do trabalho em questão, desenvolveremos crianças autônomas que fazem as próprias regras e descobrem os próprios limites sozinhos.

As historietas e o filme analisado trazem a tona relações de perdão, justiça e sanções, sendo muito trabalhado o respeito de um para com o outro. Nas entrevistas realizadas sobre a justiça e o perdão, ficou claro que algumas crianças precisam que as sanções sejam cumpridas, pois eles só perdoariam seu amigo quando esse passasse pela mesma situação que o ofensor. Porém, não deveria ser assim, pois o perdão deve ser concedido sem nenhuma expectativa de troca, e conseqüentemente nutrir a compaixão para com o colega.

Os dados permitiram chegar a conclusão de que os alunos estão na transição de um estágio para o outro, ou seja, ainda não conseguiram deixar de acreditar que as regras são imutáveis. Nas análises feitas percebe-se o quanto é difícil eles perdoarem o tigre por coisas erradas que ele fez, já que as falas do adulto são permeadas de coisas que podem ou não ser feitas. A disposição moral para perdoar aumenta quando a vítima entende os princípios da igualdade e ético, ocorrendo assim mudanças puras em relação as quem a ofendeu.

Através da observação, entrevistas e da aplicação da técnica *role-taking*, percebe-se que as crianças com idade entre seis e sete anos precisam que sejam trabalhados dentro da sala de aula o perdão sendo esse um componente moral. Com as análises dos dados viu-se que crianças aparentemente com noção de justiça conseguem perdoar mais facilmente e criar relações de afeto, amizade e companheirismo.

O *role-taking* foi uma técnica de pesquisa muito importante, já que através de seu uso a perspectiva do outro foi levada em conta (pensamentos, desejos e comportamentos diferentes dos seus).

Ao emprestar o brinquedo a criança pensa no coletivo, pois consegue perceber que ao emprestar o brinquedo para a turma eles poderão brincar juntos. E ainda que caso o colega não emprestasse o brinquedo o perdão ocorreria de qualquer forma.

Quando um aluno entende tanto os princípios de equidade quanto os princípios éticos que complementam a justiça, a disposição moral para perdoar aumenta e poderá ocorrer mudanças mais genuínas das vítimas com relação aos seus ofensores.

O perdão pode orientar a criança a deduzir que a violação das regras é um ato de falta de cooperação, reciprocidade e solidariedade, podendo levar a uma alteração do comportamento e, conseqüentemente, à harmonia social. Manter a harmonia social vai se constituir numa finalidade importante para apoiar o pensamento do perdão

O perdão é importante para a cooperação entre as crianças, promoção da autoestima e desenvolvimento de habilidades de resolução de conflitos, por isso deve-se levar em conta a importância desse trabalho, pois as crianças precisam dessa moralidade incorporada para o bom convívio com todos e consigo mesmo.

De acordo com a pergunta proposta para esse trabalho foi analisado como as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental concebem o significado do perdão para construir sua autonomia e a partir das respostas dadas concluiu-se que perdão é geralmente um ato de se desculpar, e mais do que isso é conseguir assumir os erros, porque somente quando se é colocado no lugar do outro é que se consegue criar consciência do que o ser humano é capaz de fazer para o outro. As crianças devem aprender a moral e o perdão juntos, pois só assim poderão desenvolver a autonomia e aliviar as tensões através da compaixão, dos sentimentos positivos que foram criando ao longo dos anos.

É imprescindível que os professores aprendam a trabalhar a moral na perspectiva do perdão, para proporcionar às crianças a possibilidade de um desenvolvimento autônomo e de conviverem em sociedade de forma crítica e responsável.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental I, Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF, 2001.
- CARRAHER, T. N. **O método clínico: usando os exames de Piaget**. São Paulo: Cortez, 1989.
- DELVAL, J. **Introdução à Prática do Método Clínico: Descobrimo o Pensamento das Crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Du Cange, C. D. F. (1850). **Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis**. (on line). Disponível em <http://ducange.enc.sorbonne.fr/PERDONARE>. Acessado em 13/10/2013.
- ENRIGHT, R. D.; FREEDMAN, S; RIQUE, J. **The Psychology of Interpersonal Forgiveness**, In: Exploring Forgiveness, Ed. R. D. Enright and J. North, chapter 5, pp. 46-47. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1998.
- ENRIGHT, R. D., SANTOS, M. J. O. e AL-MABUK, R. H.. The Adolescent as Forgivee. In: **Journal of Adolescence**, 12, 95-110, 1989.
- ENRIGHT, R. D., e The Human development Study Group. The Moral Development of Forgiveness. In: **Handbook of Moral Behavior and Development**, Ed. W. Kurtines and J. Gerwitz, vol. 1, 123-152. Hillsdale, N.J: Erlbaum, 1991.
- JANESICK, V.J. The dance of qualitative research design: metaphor, methodolatry, and meaning. In: Denzin NK, Lincoln YS. **Strategies of qualitative inquiry**. Thousand Oaks: Sage; 1998, p.35-55.
- KAMII, C.; DeVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria piagetiana**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
- KING, N., e HORROCKS, C. **Interviews in qualitative research**. London: Sage, 2010.
- LEPRE, R. M. **Raciocínio Moral e uso abusivo de álcool por adolescentes**. 2005, p. 64-65. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/1881>. Acessado em: 15/10/2012
- MCCULLOUGH, M. E., e WITVLIET, C. V. Psychology of forgiveness. In: C. R. Snyder & S. J. Lopez (Eds.), **Handbook of positive psychology**. London: Oxford University Press, 2002, p.446-458.
- PALÁCIOS, J. Psicologia Evolutiva: conceito, enfoques, controvérsias e métodos. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 309-322.

PIAGET, J. A educação da liberdade. In. **Sobre a Pedagogia: Textos Inéditos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998, p.14.

PIAGET, J. Os procedimentos de Educação Moral. In. MACEDO, L. **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

RIQUE, J. **O desenvolvimento moral do pensamento do perdão**.(s.d.) Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ética/8_rique.pdf. Acessado em 05/11/2012.

RIQUE, J.; ABREU, E. L.; MOREIRA, P. L. O pensamento moral do perdão em crianças. **Psicol. Argum.** 2011 abr./jun., 29(65), 249-258.

RIQUE, J.; CAMINO, C. P. S.; ENRIGHT R. D.; QUEIROZ, P. Perdão interpessoal e contextos de injustiça no Brasil e Estados Unidos. In: **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, pp. 182-189, maio/ago, 2007.

TAILLE, Y. et al. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

VINHA, T. P.; **O Educador e a Moralidade Infantil: Uma Visão Construtivista**. São Paulo: 4 ed., Mercado de Letra, 2009.

YANDELL, K. The metaphysics and morality of forgiveness. In R. D. Enright & J. North (Ed.). **Exploring forgiveness**. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1998, p.150-161.

APÊNDICE A

Questões feitas a partir do filme “A era do gelo”

1. O que você acha do que fez o Diego?
2. Você o perdoaria?
3. Se você fosse do grupo, você aceitaria a amizade de Diego de volta? Por que?

Historieta 1 e as questões feitas a partir dela

Uma amiga sua trouxe um brinquedo novo para a escola. Você pede para brincar com o brinquedo e ela não deixa.

1. O que você acha disso? Por que?
2. Amigos devem emprestar brinquedos uns aos outros? Por que?
3. Você sabe o que é perdão?
4. Você perdoaria sua amiga por não ter te emprestado o brinquedo? Por que?

Historieta 2 e as questões feitas a partir dela

A professora pediu para você pintar um desenho que ela colou no seu caderno. Uma amiga sua, sem querer, rabiscou o seu desenho e deixou ele todo feio.

1. O que você acha disso? Por que?
2. Você acha que deveria rabiscar o dela também?
3. Você perdoaria sua amiga por isso? Por que?

Apêndice B

Roteiro de observação da sala de aula

- Quanto à instituição das regras;
 - ✓ Existem regras ou o professor dá ordens que reforçam o respeito unilateral? (regras que não respeitam o raciocínio infantil, como pintar algo com as cores que ele acha correto, etc.);
 - ✓ Há discussões quanto às regras ou são impostas?
- Quanto às sanções;
- Quanto à obediência das regras;
 - ✓ Retomam sempre as regras?
 - ✓ Como o professor reage a quebra das regras?
 - ✓ O professor dá ordens ou pede com respeito algo aos alunos?
 - ✓ É utilizado o sistema de punição e recompensa?
- Como é a relação professor/ aluno?
 - ✓ Os alunos se sentem à vontade para falarem com o professor?
- Quanto à relação aluno/ aluno;

Apêndice C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE MORAL E O PERDÃO EM CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Este projeto de pesquisa será desenvolvido pela graduanda Amanda Kami Mura Inácio, do curso de Pedagogia do Departamento de Educação, da Faculdade de Ciências, da Universidade Estadual Paulista, Campus Bauru, como trabalho de conclusão de curso.

A pesquisa consiste em analisar as possíveis relações entre desenvolvimento moral e o perdão em crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para tanto, teremos como instrumento para coleta de dados questionários semi-dirigidos, observações, historietas e um filme que serão passados para os participantes.

Asseguramos que não haverá, sob nenhuma circunstância, a divulgação da identidade dos alunos participantes da pesquisa e que os procedimentos adotados não têm o potencial de causar qualquer dano, físico ou psicológico, aos participantes.

Informamos que os participantes são livres para abandonar a pesquisa, por qualquer razão, sem que haja prejuízo ou desconforto para os mesmos.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais e nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à dignidade dos participantes, obedecendo aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme resolução nº196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Os participantes dessa pesquisa não terão nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo proporcione contribuições importantes para a área da Psicologia da Educação e, em especial, dos alunos de Ensino Fundamental.

Pesquisadora Responsável: Prof^ª Dr^ª Rita Melissa Lepre

E-mail: melissa@fc.unesp.br

Telefone para contato: (14) 3106-6081, ramal 7550.

Autorização da escola

Eu, _____,

R.G. _____, coordenador (a) da Escola de Ensino Fundamental _____
_____, após ter lido e entendido todas as informações referentes ao
estudo proposto, concordo com a realização da pesquisa nesta escola.

Assinatura do (a) coordenador (a): _____

Data: ___/___/_____.